

Intervenção do Deputado

José Manuel Bolieiro

Debate Plano e Orçamento/08.

Coesão Territorial e Social

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo

Com a incontornável ênfase política do ano eleitoral que 2008 representa, debatemos o último Plano e Orçamento desta legislatura.

É também o 12º Plano e Orçamento que o Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista propõe e faz aprovar neste Parlamento.

Não inova! É de continuidade!

Não abre um novo ciclo. Prorroga as mesmas políticas orçamentais dos anteriores governos.

Tal como os seus antecessores é o maior Orçamento de sempre!

A proclamação dilecta do Vice-Presidente do Governo.

Apesar da ampliação é só continuidade.

O mesmo Governo, os mesmos actores; logo as mesmas políticas, as mesmas prioridades e as mesmas opções.

Pergunta-se: é razoável que assim seja?

A resposta dos incautos é afirmativa. Mas, a dos atentos, é negativa.

Este Orçamento é o último da Legislatura. Mas tinha a obrigação de ser o primeiro Orçamento estratégico do futuro e de um novo ciclo da nossa integração na União Europeia.

A Programação Financeira da União Europeia para o período 2007 – 2013 e o Quadro Referência Estratégica Nacional são essenciais para o nosso desenvolvimento e são já o presente.

Propõe-nos a mudança do paradigma da política de Coesão.

Por isso, a decisão deste Orçamento só podia ser a decisão de vencer. Vencer a mudança e o novo paradigma da Coesão Regional.

Mas o Governo não vai por esse caminho!

Afinal o Plano e o Orçamento para 2008 preferem a continuidade, apenas mudando o que é preciso, para que tudo fique na mesma.

Este Governo contenta-se com a mudança que não muda, nem transforma. Satisfaz-se com a constatação de que à noite sucede o dia e ao dia sucede a noite.

É assim que seguem as políticas deste 12º Plano e Orçamento da responsabilidade dos governos do PS.

Por um lado, o Presidente do Governo, na passada semana, em Ponta Delgada, e no âmbito da reunião informal dos ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional da União Europeia, aproveita para dizer que deve haver maior flexibilidade na atribuição dos apoios da Política de Coesão Europeia, propondo mudanças de comportamento.

Diz, mas não faz. Propõe, mas não pratica.

Cá dentro, nas opções pelas quais é responsável, o Presidente do Governo não muda nem as políticas, nem os actores da governação.

Fica tudo na mesma.

Aumenta o dinheiro, mas cristaliza as prioridades, os incentivos, o seu modelo para alcançar a coesão territorial e social dos Açores.

Nos mapas nacionais de competitividade territorial e de coesão, os Açores continuam em últimos.

Cito Augusto Mateus: "No capítulo da coesão social, a posição debilitada da Região no contexto nacional traduz-se pela existência de um padrão de qualidade de vida (nível de esperança média de vida) e de qualificação do seu capital humano inferiores à média nacional".

Com um resultado destes, ao fim de uma continuidade de onze anos, não é inteligente continuar o mesmo percurso nas propostas para o 12º ano da mesma governação.

A verdade é que, tal como disse Danuta Hubner (Comissária Europeia para a Política Regional) "A agenda territorial ambiciona ainda contribuir para uma política mais orientada para os resultados".

Por outro lado, o documento produzido pela Presidência Portuguesa salienta que "A globalização influenciará o contexto no qual a futura política de coesão será implementada, sendo evidente que as regiões mais competitivas serão as que melhor se adaptarão a este novo contexto".

Não há tempo a perder! O atraso faz-nos perder a esperança de surpreender e dar um salto qualitativo.

Mas estes Plano e Orçamento são, na sua expressão financeira e na pulverização de prioridades que mantêm, uma oportunidade perdida, que nos vai atrasar ainda mais.

Mantém a visão tradicional das políticas de desenvolvimento regional, assumindo a simplicidade de uma política redistributiva e a subsidiação directa aos agentes económicos, em função do seu nível de rendimento, como únicas respostas às assimetrias de desenvolvimento das nossas ilhas.

O novo paradigma europeu anda, incontornavelmente, à volta da coesão e competitividade territoriais; do desenvolvimento sustentado e da promoção.

O Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) define como principal desafio a competitividade, apostando na cooperação e coordenação entre agentes económicos e institucionais; na transversalidade das intervenções e na determinação de um conjunto reduzido de prioridades.

E as prioridades são:

- Qualificação da actividade económica (incentivo ao investimento empresarial orientado para os sectores transaccionáveis e de inovação)
- Qualificação dos recursos humanos (educação e formação profissional)
- Qualificação do território (atractividade)
- Qualificação da administração (redução de custos de contexto).

A evolução das respectivas dotações financeiras confirma as opções.

Actividade económica e inovação cresce 24%; Qualificação dos Recursos Humanos cresce 31% e as Infra-estruturas decrescem 49%.

Ao contrário, estes Plano e Orçamento para 2008 fecham os olhos ao futuro e mantêm a aposta no betão e no investimento público.

O aumento previsto para o investimento é de 16,4%. A área prioritária é o investimento em estradas, que cresce 183% (números ditos, com orgulho, pelo Secretário Regional da Habitação e Equipamentos).

Mesmo na qualificação dos recursos humanos as fatias maiores são para infra-estruturas e equipamentos. No âmbito do desenvolvimento da actividade científica e tecnológica a verba prevista visa apoiar a Universidade dos Açores.

E sobre este quadro de opções, o que diz a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores?

Embora timidamente, para nosso gosto, o seu parecer é assertivo quando diz, a propósito da qualificação dos recursos humanos, e cito “ (...) a qualidade do ensino ... continua a não satisfazer as necessidades das empresas.

É importante aumentar as competências dos jovens. Certamente aumentando o período de escolaridade, mas fundamentalmente criando uma cultura de maior exigência, de mais rigor. Iguais princípios se devem aplicar ao ensino profissional, que necessita de alcançar um novo patamar de qualidade e exigência, tão importante para a qualificação dos quadros empresariais.”

Sobre o desenvolvimento da actividade científica e tecnológica acrescenta ainda: “gostaríamos de a ver mais direccionada para o meio empresarial, uma vez que actualmente ela tem pouco impacto na actividade económica e a sua interligação com o tecido empresarial é muito reduzida”.

Como se vê, o Governo não acerta o passo e ao longo deste tempo não cumpriu o ditado popular “Onde há erro há emenda”.

Mantém o erro e adia o futuro, prorrogando o seu próprio passado.

Citando George Washington, num excerto das suas comunicações durante a guerra da independência dos Estados Unidos:” ... A demora equivale, neste momento, a uma derrota...”

De facto, a coesão territorial das nossas ilhas é uma falácia.

É incompreensível que não haja um estudo rigoroso e objectivo sobre os níveis de coesão territorial de cada uma das nossas ilhas, em relação às outras e à Região, bem como sobre os próprios fundamentos subjacentes à escolha das ditas ilhas de coesão.

A concepção da política de coesão territorial deste Governo Regional é intuitiva, sem fundamentação sustentada e sem critérios perceptíveis. Mas o pior é ainda o embuste da sua execução.

As chamadas ilhas de coesão queixam-se do seu abandono e do pessimismo das suas expectativas. Não há economia, há envelhecimento e despovoamento.

O embuste desta falsa política está desmascarado no relatório de execução financeira do Plano de 2006. Num total previsto de 20 040 000 m€ para a acção Apoios à Coesão e Parcerias Público-Privadas, só 3 914 844 m€ foram directamente aplicados nas ditas ilhas da coesão. Isto é, o correspondente a 19,5% do previsto para aquela suposta acção de coesão.

Afinal a maior parte da verba prevista para a coesão não foi aplicada nas ilhas da coesão: Santa Maria; Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo.

Mas mesmo assim, era interessante que o Governo Regional tivesse já apresentado o resultado dos diversos níveis de coesão entretanto alcançados na execução desta política. Por exemplo, que grau de coesão alcançou a ilha das Flores? Aproximou-se ou afastou-se da média de desenvolvimento da Região?

Por outro lado, a coesão social dos Açores também falhou. Muita dela agravada pela falta de efectiva aposta no investimento harmónico nas várias parcelas das ilhas, sobretudo nas mais afastadas dos meios urbanos. E é em São Miguel e na Terceira que se verificam os maiores desequilíbrios sociais: graves bolsas de pobreza e muitos casos de exclusão social.

Talvez tenhamos todos os mesmos objectivos.

Mas a verdade é que há muito para fazer e de modo diferente.

O modelo persistente deste governo está ultrapassado. Por manifesta incapacidade este governo e esta maioria não o sabem corrigir.

O futuro começa já, mas estes Plano e Orçamento para 2008 são só a continuidade do passado.

Aos Açores e aos Açorianos associo a ambição de um novo paradigma para o seu desenvolvimento, ilha a ilha e na sua integralidade.

Disse!

O Deputado Regional

José Manuel Bolieiro